



MULTIEDUCAÇÃO

TEMAS EM DEBATE

ENSINO FUNDAMENTAL
Geografia



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

CESAR EPITÁCIO MAIA

Secretaria Municipal de Educação

SONIA MARIA CORRÊA MOGRABI

Subsecretaria

MARIZA LOMBA PINGUELLI ROSA

Chefia de Gabinete

TANIA REGINA BRAGA LATA

Assessoria Especial

SYLVIA REGINA DE MORAES ROSOLEM

Assessoria de Comunicação Social

PAULO CESAR BARBOSA MARTINS

Assessoria Técnica de Planejamento

LUIZA DANTAS VAZ

Assessoria Técnica de Integração Educacional

PAULO CESAR DE OLIVEIRA REZENDE

Departamento Geral de Educação

LENY CORRÊA DATRINO

Departamento Geral de Administração

LUCIA MARIA CARVALHO DE SÁ

Departamento Geral de Recursos Humanos

MARIA DE LOURDES ALBUQUERQUE TAVARES

Departamento Geral de Infra-Estrutura

JOSÉ MAURO DA SILVA

Redação Final

CARLOS FERNANDO GOMES QUEIRÓS

Texto 1: O Ensino de Geografia**Professores Co-autores**

CLAUDIA LANDIM DA FONSECA
CRISTIANE TIOZZO
LÍLIA MÁRCIA DE ALMEIDA SILVA
ROSÂNGELA CARDOSO DA S. RIBEIRO

Professores Colaboradores

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS
ROSILANE RIBEIRO MARALHAS

Texto 2: Reflexões sobre o ensino de Geografia nos Ciclos de Formação**Consultor**

ANICE ESTEVES AFONSO

Agradecimentos

AOS PROFESSORES E ALUNOS QUE NO ENCONTRO DIÁRIO DO ESPAÇO ESCOLAR NOS MOTIVAM PARA A BUSCA CONSTANTE DOS MELHORES CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ.

ÀS COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO PELA PARCERIA E CUMPLICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE.

À PROFESSORA SONIA MARIA MALTEZ FERNANDEZ (*in memoriam*) PELAS PALAVRAS DE INCENTIVO, PELA CREDIBILIDADE E PELA DEDICAÇÃO INCONDICIONAL À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS DESSA CIDADE.

Créditos Técnicos**Coordenação Técnico-Pedagógica**

LENY CORRÊA DATRINO
MARILA BRANDÃO WERNECK
NUVIMAR PALMIERI MANFREDO DA SILVA
ANTONIO AUGUSTO ALVES MATEUS FILHO
MARIA ALICE OLIVEIRA DA SILVA
CARLA FARIA PEREIRA

Diretoria de Educação Fundamental

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES DA CUNHA
ANDRÉA PINTO FILIPECKI

JUREMA REGINA A. RODRIGUES HOLPERIN
MÁRCIA DOS SANTOS GOUVÊA
MARCIA MARIA NASCIMENTO CARVALHO
SANDRA MARIA DE SOUZA MATEUS

Acompanhamento Pedagógico

ADRIANA BARBOSA SOARES
ANA LÚCIA MORAES BARROS

Equipe de Apoio

MARILENE MARTINS DE C. BARBOSA
ELIZABETH RAMOS FERREIRA
MARISE DA GRAÇA G. MOREIRA BARBOSA
SELMA REGINA ALVES KRONENBERGER

Revisão

DOUGLAS TEIXEIRA CARDELLI
GINA PAULA BERNARDINO CAPITÃO MOR
SARA LUISA OLIVEIRA LOUREIRO
SONIA MARIA DE SOUZA ROSAS

Criação de Capa e Projeto Gráfico

TELMA LÚCIA VIEIRA DÁQUER
DALVA MARIA MOREIRA PINTO

Fotografia

ARQUIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Editoração Eletrônica e Revisão

REFINARIA DESIGN

Supervisão e Produção Gráfica**Impressão**

Aos professores da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro

Em 1996, o Núcleo Curricular Básico MULTIEDUCAÇÃO foi encaminhado a toda Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, tendo como pressuposto “lidar com os múltiplos universos que se encontram na escola” (NCBM, p. 108), buscando a unidade na diversidade.

Na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, procuramos desenvolver um trabalho de qualidade, promovendo a aprendizagem e privilegiando uma proposta que traz para dentro da escola a vida, o dia-a-dia, o mundo. Esse mundo passa por constantes transformações e a escola precisa acompanhar essas mudanças. Por isso, a necessidade de atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducação, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais em seus Princípios Éticos, Estéticos e Políticos.

Fazemos parte da história da educação da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. História de uma Rede coordenada por uma Secretaria Municipal de Educação, formada por 10 Coordenadorias Regionais de Educação, abrangendo 1061 Unidades Escolares, 255 Creches, 20 Pólos de Educação pelo Trabalho, 9 Núcleos de Artes, 12 Clubes Escolares, 1 Centro de Referência em Educação Pública, 1 Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e o Instituto Helena Antipoff – Referência em Educação Especial, compreendendo funcionários, professores e alunos.

É uma história marcada por lutas, sonhos, projetos e que vem objetivando a garantia do acesso, permanência e êxito escolar de todas as crianças e jovens que, como alunos desta rede, têm o direito à livre expressão, à interação com os seus pares, ao diálogo com os professores, direção e outros profissionais, exercitando, assim, a sua cidadania.

Acreditando na democracia é que optamos pela valorização da representatividade como um dos eixos desta gestão, identificada na formação de diversos grupos: Conselho de Dirigentes, Conselho de

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **Multieducação: O ensino de Geografia.** Rio de Janeiro, 2008. (Série Temas em Debate)

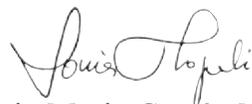
Diretores, Conselho de Professores, Conselho de Alunos, Conselho de Funcionários, Conselho de Responsáveis, Conselho Escola-Comunidade, Grêmios, Comissão de Professores e Representantes dos Coordenadores Pedagógicos.

Desta forma, estabelecemos com a comunidade escolar um processo dialógico, desde 2001. Foram ouvidas múltiplas vozes: da comunidade escolar e das Coordenadorias Regionais de Educação. Expectativas, conceitos, críticas e sugestões foram apresentadas. Foi nosso objetivo instaurar um tempo de gestão participativa, valorizando as muitas experiências que emergem do campo e as histórias do cotidiano dos diversos atores envolvidos no cenário educacional da cidade do Rio de Janeiro.

A partir dos encontros com esses diferentes segmentos, várias sugestões de temas para a atualização da Multieducação foram encaminhadas. Elencamos os temas prioritários, a partir das proposições feitas, sendo aceitos e incorporados às duas séries publicadas: “Temas em Debate” e “A Multieducação na Sala de Aula”.

Dentre as diversas ações da Secretaria Municipal de Educação na produção dos fascículos, destacamos o trabalho dos professores na elaboração dos textos. Sendo assim, houve fóruns de professores da Educação Infantil, Grupos de Estudos dos professores regentes de Sala de Leitura, Grupo de Representantes de professores das diversas áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e de professores da Educação de Jovens e Adultos.

Esperamos que a discussão do material produzido continue em todos os espaços das Unidades Escolares, das Coordenadorias Regionais de Educação e nos diversos Departamentos do Órgão Central, permitindo reflexões e conclusões.



Sonia Maria Corrêa Mograbi
Secretária Municipal de Educação

Processo de elaboração dos fascículos de atualização da multieducação para o ensino fundamental

A atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducação nas diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar para o Ensino Fundamental foi um processo rico de estudo, reflexão e troca de saberes entre as equipes da Diretoria de Educação Fundamental (DEF), um grupo representativo de professores regentes da Rede e consultores representantes de diferentes instituições de ensino.

Os textos que constituem os fascículos de cada área de conhecimento retratam o diálogo entre teoria e prática, que assume diferentes possibilidades quando são consideradas a identidade de cada área e sua representação no campo do currículo escolar.

Este fascículo é composto de dois textos que tiveram movimentos diferenciados de produção:

- O primeiro texto *O Ensino de Geografia* foi produzido com a participação de um grupo de professores regentes que, junto à equipe da Diretoria de Educação Fundamental, elaborou um texto inicial buscando consolidar teoricamente a importância do ensino dessa área de conhecimento. O texto elaborado foi socializado com outros professores numa ação descentralizada que possibilitou a ampliação do debate acerca de seu conteúdo e de sua adequação aos diferentes contextos de ensino. Esse movimento envolveu diretamente 126 professores regentes e, indiretamente, o corpo docente das Unidades Escolares a qual pertenciam que tiveram suas considerações incorporadas ao texto inicial.
- O segundo texto *Reflexões sobre o ensino de Geografia nos Ciclos de Formação* teve outro processo de produção. Os professores da equipe da Diretoria de Educação Fundamental, dando continuidade ao primeiro texto, porém num contexto diferenciado da Rede, devido à ampliação do Ciclo de Formação para todo o Ensino Fundamental, investiram nos estudos sobre a área do conhecimento e sua representação na formação dos alunos em cada período de desenvolvimento que compõe os nove anos de escolaridade, organizados em três Ciclos de Formação. Fundamentada a importância do conhecimento específico da área num contexto interdisciplinar, as equipes

apresentaram os conceitos fundamentais para o processo de aprendizagem a serem consolidados ao longo do ensino fundamental, atendendo aos diferentes níveis de complexidade, tanto do desenvolvimento do aluno quanto do conceito propriamente dito. O próximo passo foi definir os eixos metodológicos para o desenvolvimento do ensino e, finalmente, foram delineados os objetivos a serem alcançados em cada Ciclo de Formação. A dinâmica dessa produção textual foi compartilhada com consultores externos, de instituições renomadas e com o conhecimento da diversidade dos contextos de ensino da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Com o intuito de ampliar o processo de produção e criar um espaço de interlocução com as equipes técnico-pedagógicas das escolas, foi instaurado um novo movimento de diálogo com os profissionais que atuam nas escolas, elaborando uma publicação intitulada Documento Preliminar: Objetivos para os Ciclos de Formação, distribuída para todas as Unidades Escolares. A Diretoria de Educação Fundamental enviou às escolas, por intermédio dos Coordenadores Pedagógicos, um instrumento para análise e registro das considerações sobre os objetivos traçados para cada Ciclo. Configurou-se na Rede um amplo debate que envolveu todas as Coordenadorias Regionais de Educação, totalizando 727 escolas e 12.791 professores. Após a tabulação dos registros, as considerações propostas foram analisadas pelas equipes de cada área do conhecimento, o que promoveu mudanças no documento inicial. Considerando a totalidade da Rede, o percentual de participação alcançado foi bastante significativo. Em março de 2008, as equipes da DEF realizaram encontros com professores regentes, nos quais foram feitos os esclarecimentos das proposições feitas e incorporadas ao texto, consolidando um processo democrático na construção da atualização do Núcleo Curricular Básico Multieducação, no que se refere ao ensino fundamental.

O resultado desse trabalho representa a interface com os saberes que circulam na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro e convidamos você, professor(a), a participar deste diálogo por intermédio dos textos que constituem esse fascículo.

A organização da escola em Ciclos de Formação traz uma nova concepção de ensino em tempos e espaços diferenciados de aprendizagem e revitaliza as discussões sobre a importância da escola no processo de apropriação dos saberes das diferentes áreas do conhecimento.

Vamos juntos compartilhar os conhecimentos que nos permitirão o exercício do diálogo com a teoria e a prática pedagógica. Vamos juntos ressignificar as práticas e construir todas as possibilidades que permitem vivenciar o currículo Multieducação. Vamos legitimar a troca, a mediação, o trabalho coletivo, o diálogo e a reflexão que nos permitirão evidenciar a qualidade do trabalho dos profissionais de educação e, conseqüentemente, o sucesso escolar.

Maria de Fátima Gonçalves da Cunha
Diretoria de Educação Fundamental

GEOGRAFIA

TEXTO 1: O ENSINO DE GEOGRAFIA

Na empresa moderna, o trabalho já virou estudo.

Na escola moderna, o estudo já virou trabalho.

Julian Bastide

A Geografia escolar: desafios e práticas na sala de aula

Vivemos, hoje, em pleno século XXI, o que alguns estudiosos chamam de Quarta Revolução, cujo qualificativo “Industrial” ainda pode ser usado, embora outras designações já apontem para outros rumos, às vezes complementares, outras vezes contraditórios como “Pós-Industrial” ou “Pós-Capitalista”. O mundo da informação é bem mais do que o mundo do “saber fazer”: é descobrir como transformar informação, mercadoria e mesmo, em alguns casos, pessoas e seus costumes, em conhecimento e fazer deles um instrumento de ação social. Nessa nova sociedade, a mais importante propriedade é a intelectual, sendo, pois, a entronização da mente humana. Hoje, importa mais conhecer como se faz alguma coisa do que o fazer em si. O “operário” dessa sociedade, se existe, é aquele altamente qualificado.

Quem tem essa qualificação hoje em dia? Como obtê-la, de modo estrutural? Como conseguir formar, mais do que trabalhadores qualificados, cidadãos realmente constituídos como tais?

O passado é complexo, tanto quanto o presente, uma vez que ele é aquilo que dele apreendemos, ou seja, é uma representação ressignificada. A educação precisa acompanhar esse ritmo de mudança e transformação do mundo e tais ações são realizadas a partir das possibilidades transformadoras que elas ensejam por si

sós. Assim nos ensinou mestre Paulo Freire com sua “Pedagogia do Oprimido”.

O escritor e político francês Vitor Hugo disse uma vez que “edificar escolas hoje é não ter a necessidade de construir cadeias amanhã”. O trabalho pedagógico pode ser entendido como todo esforço, empreendido pelo coletivo da escola e da sociedade, no sentido de possibilitar ao estudante o *gosto pelo*, a *compreensão de* e a re-elaboração das mais variadas áreas do conhecimento humano. Educação é um ato social coletivo com o qual podemos contribuir para a qualificação das pessoas e não uma quantificação informativa para atividades exclusivamente individuais e lucrativas. Gandhi dizia que o conhecimento serve para tornar melhor a vida das pessoas. Não existe a verdade, mas verdades que são, nossas representações compartilhadas de mundo. A sabedoria está na pactuação coletiva das verdades sociais que temos e não no acirramento das diferenças e na imposição, por grupos dominantes, de suas verdades.

Para descobrir e/ou construir nossas verdades de mundo, o material a ser usado em sala de aula precisa ser relacionável à estrutura cognitiva do estudante. Segundo Novak, apud Moreira (1999), “*a significação vem da relação aluno-professor e da vontade do aluno em aprender porque, caso contrário, só haverá memorização, pura e simples*”. A vontade de aprender depende, basicamente, do estudante, mas não apenas dele; depende também do estímulo eficaz oferecido pela combinação entre interesse e acompanhamento atento de sua vida escolar por parte de sua família, compreendendo, valorizando e transferindo para a criança e o adolescente a importância da escola como instrumento e veículo de libertação, evolução e transformação, individual e coletiva, de uma sociedade em suas mais diversas expressões (cognitiva, política, econômica, cultural etc.); depende do incentivo que o professor oferece, bem como seu empenho e competência; depende, por fim, do engajamento da comunidade escolar em oferecer, também as condições materiais para que o docente possa escolher a melhor maneira para ilustrar o conteúdo trabalhado, de modo a dotá-lo de sentido para o estudante, ou seja, para que o professor viabilize, efetivamente, a construção participativa do conhecimento e da aprendizagem.

Um alerta importante de Moreira (1999) é que “*não adianta nada buscar evidências de aprendizagem significativa se o ensino não foi organizado e ministrado para facilitar a aprendizagem*”

significativa". O autor nos lembra os ensinamentos de Vigotsky ao afirmar que "o desenvolvimento cognitivo não pode ser entendido sem referência ao contexto social, histórico e cultural em que ocorre" e que os signos produzidos pelo estudante, por meio da mediação do professor, são socialmente construídos e partilhados entre os seres humanos, no tempo e em seus espaços, de fora para dentro, ou seja, do convívio social para o indivíduo, num processo de interiorização no qual o estudante vai ampliando suas funções psicológicas superiores. Para Vigotsky, no entender de Moreira, a aquisição de significados e a interação social são inseparáveis.

Currículo pode ser entendido como uma pluralidade de conceitos, valores e conteúdos. Temos várias definições de currículo vindas das teorias críticas, pós-críticas etc. Não obstante, no nosso entender, todo e qualquer currículo é, ou deveria ser, um instrumento para a produção de sentido social, em que pese a metodologia de trabalho através da qual ele é realizado, tendo como ponto inicial o conhecimento sistematizado e ressignificado em sala de aula. A forma como cada professor irá trabalhar esse currículo deve estar adequada à sua realidade e a de seus aprendizes, que é tão complexa e mutante quanto somos os seres humanos. Essa condição mutante da vida nos impõe a necessidade de uma permanente atualização, tanto curricular quanto da formação do professor. Afinal, um currículo é o eixo norteador do trabalho pedagógico e contempla múltiplas linguagens que permitirão ao aluno ler e interpretar o mundo em que vive. E não existem apenas as formas curriculares de fazer essa leitura de mundo, outras linguagens e visões de mundo, extracurriculares, devem ser incentivadas e articuladas com as atividades realizadas em sala de aula. A identidade do estudante é construída por todas essas múltiplas linguagens e identidades existentes nos vários espaços sociais. A metodologia de trabalho pode até estar indicada em um currículo, como uma ajuda ao professor, mas não pode e não deve ser pensada e usada como uma camisa-de-força, que engesse a liberdade que o profissional da educação deve ter para trabalhar na sala de aula.

Contextualizando o pensar geográfico

A Geografia também tem os seus significados específicos. Para Kaercher (1998), e já o sendo consensual entre os geógrafos e os professores de Geografia, o cerne do pensar geográfico não é, ao contrário do que indica a palavra e do que entende, ainda, em alguns casos, o senso comum, nem Terra (=Geo) nem sua descrição (=Grafia), mas sim a expressão já consagrada "espaço geográfico" que o autor define como:

aquele espaço fruto do trabalho humano na necessária e perpétua luta dos seres humanos pela sobrevivência. Nessa luta, o homem usa, destrói/constrói/modifica a si e a natureza (...). Fica claro que a relação sociedade-natureza é indissociável / eterna (logo não há porque falar em geografia física se contrapondo à geografia humana). (...) A geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente.

Dadas as contradições históricas do ensino e suas condições atuais, não podemos deixar de observar que

os professores e os alunos são treinados a não pensar sobre o que é ensinado e sim, a repetir pura e simplesmente o que é ensinado. O que significa dizer que eles não participam do processo de produção do conhecimento (OLIVEIRA, 1998).

O autor parte do pressuposto de que a Geografia é uma área de conhecimento que, como outras, tem uma linguagem específica e, por isso, é necessário "alfabetizar o aluno em geografia", para que ele seja capaz de ler o espaço geográfico tal como ele é, para que possa nele viver melhor, interagindo com ele, transformando-o. Apenas viver no mundo não nos transforma em entendedores e agentes críticos deste nosso grande espaço. Para Kaercher (1998), "o objeto de estudo da geografia está aí, exposto a todos os sentidos de cada aluno, todos os dias. O espaço próximo se vive; forma parte da história pessoal do aluno que lhe atribui uma lógica, a sua maneira". No entender de Wettstein, numa idéia que chama de "curativa", a Geografia deve continuar

explicando incansavelmente como funcionam os processos geomorfológicos, qual é a interação entre fatores e elementos do clima, em que consiste o ‘espaço dividido’ e os dois circuitos das sociedades urbanas, quais são as determinantes do equilíbrio ecológico em escala regional e mundial, o que é geografia do subdesenvolvimento”.

Vale a lembrança de que devemos sempre adicionar à dimensão de trabalho acima, uma outra, que Wettstein (1998) chama de “*preventivo ou prospectivo*”: para além de explicar os fatos sócio-espaciais de um modo estático, devemos explicá-los enfocando os seus processos de mudança.

No entender de Oliveira (1998), cabe à Geografia explicar como sociedades diferentes entre si e muitas vezes desiguais internamente, produzem espaços também diferentes e desiguais, como campo / cidade; região metropolitana / cidades médias ou pequenas etc. Além disso, é necessário chamar a atenção para os estudos culturais, como elemento de formação para a cidadania (produção de cultura; diversidade cultural; identidade). Como o autor afirma:

a territorialidade implica a localização, a orientação e a representação dos dados sócio-econômicos e naturais, que contribuem para a compreensão da totalidade do espaço. Essas habilidades – localização, orientação, representação – também se tornam importantes à medida que elas se colocam como instrumentos de conhecimento para a apropriação da natureza (...). A apropriação da natureza se dá pelo processo de trabalho, que é um ato social. Portanto, dado que é pelo trabalho social que se estabelece a relação sociedade-natureza, é fundamental o entendimento da sociedade para entender a natureza, já que esta é apropriada historicamente .

É importante que o estudante consiga perceber o sentido das coisas e estabeleça relações entre elas. Nos meios de comunicação, por exemplo, cresce a cada dia o número de notícias relacionadas a “conflitos étnicos”, “discriminação racial”, preconceitos de vários tipos, xenofobia etc. Para que levemos esse estudante a entender a incidência cada vez maior desses fatos é preciso questionar a idéia que alguns povos têm de superioridade em relação aos outros

e que, por isso, suas culturas seriam, também, “mais elevadas” e, nessa condição, serviriam de base para que as “inferiores” fossem levadas a transformações que as aproximassem, o mais possível, da tal “cultura superior”. Problematizar com nossos estudantes quem é “o outro” e mostrar que a diferença não é um obstáculo intransponível, mas um fator de enriquecimento pessoal e social deve ser a nossa meta. Desde pensadores antigos, como os gregos clássicos e os chineses, por exemplo, ou, mais modernamente, como Freud e Jung, provou-se que o “eu” é possibilitado, em seu processo identitário, a partir do “outro” ou, em outras palavras, é na socialização que aprendemos quem somos, como já mostrou Vigotsky. Os valores e os hábitos culturais do outro e os espaços que esse outro constrói, ocupa e no qual vive, são o contraponto necessário para ratificar nossa identidade e o complemento ideal para que não nos fechemos em nós mesmos e percebamos toda a rica diversidade humana. Podemos partir dessas idéias para avançarmos, por exemplo, sobre conteúdos como as migrações internacionais, o separatismo de minorias etc. Os espaços, como o geográfico, são os que deles fazemos, sócio-historicamente.

Temos conseguido mostrar isso aos nossos estudantes? Em que medida? Como fazê-lo de um modo que seja mais agradável e proveitoso para nós e para eles? Tais respostas podem e devem vir delineadas, embora não de modo fechado, no Projeto Político Pedagógico das escolas, sem esquecer que, nesse processo, sendo a família tão essencial, como já apontado, devemos buscar mecanismos e estratégias para trazê-la, novamente, para o seio escolar, de modo que a comunidade educacional tenha o seu envolvimento e o seu compromisso com o processo de ensino e aprendizagem. Isso não é pensarmos no currículo que vamos construir?

A Geografia e o seu currículo

Por ser uma área de conhecimento que abarca uma diversidade grande de conhecimentos sistematizados por outras áreas (Geologia, Demografia, Política, Economia, Hidrologia etc.) para, a partir deles, realizar a sua sistematização, a Geografia tem um grande potencial para ajudar o estudante a melhor transitar e viver em seu mundo e a fazê-lo compreender que a dicotomia Homem x Natureza é falsa, pois Homem é Natureza. Um currículo como o aqui preconizado se coaduna, perfeitamente, com o moderno pensamento geográfico

de não mais ser apenas uma descrição da paisagem, mas sim o de ser mais um instrumento para a leitura e interpretação do espaço humanizado, levando o estudante a ter a consciência de que ele, já desde o nascer, é parte ativa da construção desse espaço que é dele também. Esse olhar e o trabalhar desse processo dá ao currículo um significado social que transcende a mera factualidade quantitativa dos fenômenos sócio-espaciais. A vida é complexa demais para ser limitada a momentos pontuais desconexos no tempo e no espaço.

Como seria um currículo de Geografia não linear? Por exemplo, alguns estudantes, através da mídia, tomaram conhecimento do atentado de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas em Nova Iorque e levaram para a aula de Geografia suas dúvidas. O currículo do último período do segundo ciclo não costuma prever um estudo profundo sobre questões mundiais, como conflitos no Oriente Médio. Muitas vezes, os estudantes desse período mal sabem onde fica Nova Iorque ou o Oriente Médio e, no entanto, as dúvidas, em eventos históricos como o aqui mencionado costumam “borbulhar” durante nossas aulas, podendo provocar, assim, uma alteração não só da aula ou da semana, mas de parte do currículo previsto, pois, para que eles compreendam minimamente o que aconteceu naquele dia, serão necessárias muitas aulas e alguns elementos geográficos como questões territoriais, religiosas e econômicas que só seriam trabalhados anos mais tarde.

Um currículo também envolve flexibilidade nas práticas de ensino. E isso implica em uma mudança no planejamento e na prática do professor ao operacionalizar o currículo com o qual está trabalhando. O que importa, no exemplo aqui referido, é ajudar o estudante a compreender o atentado que aconteceu em seu mundo e suas conseqüências. Desse ponto de vista, a prática de ensino de Geografia não pode se limitar a ser um boletim informativo e estático sobre os lugares do Brasil e do planeta. O ensino de Geografia deve ser pensado e desenvolvido de modo que o professor promova uma reflexão crítica e autônoma, da parte de seus estudantes, sobre o mundo que os cerca.

A escola é, também, um dos espaços de socialização, tal como o clube, a rua, a igreja e a família. Analisando sob a ótica histórico-cultural, o conhecimento e sua aprendizagem são uma conseqüência dessa socialização, tendo em vista as escolhas de interesses e de relacionamentos interpessoais do estudante e as influências da estrutura escolar oferecida. A leitura de mundo – e a conseqüente

possível transformação que realizamos nele – é feita a partir do contexto sócio-cultural em que vivemos e no qual os estudantes estão imersos, mesmo quando não se dão conta disso. Compreender realidades culturais e políticas diversas e diferenciadas é tão complexo quanto necessário. O estudante deve ser incentivado a interpretar a vida e seu mundo de modos diferentes aos do senso comum e a ressignificá-los.

Geografia na prática

Outra coisa que costuma ser útil e que traz bons resultados junto aos estudantes é a realização de trabalhos práticos, de pesquisa orientada, com temas propostos pelo professor e/ou sugeridos por eles próprios. Essa pesquisa, da nossa realidade, pode até ser pensada para ser realizada na casa do estudante, mas, vale a ressalva, deve ser realizada no próprio espaço da sala de aula. Pode-se argumentar que o estudante não sabe fazer uma pesquisa. É verdade. Contudo, é papel do professor promover o ensino de pesquisa como atividade de estudo. Então, nesses casos, podemos disponibilizar uma ou duas aulas para ensinar o estudante como usar um laboratório de informática ou como usar uma sala de leitura ou para ensiná-lo como fazer uma pesquisa; será tal prática muito importante para ele e para o próprio desenvolvimento futuro das aulas.

Ouçamos mais nossos estudantes. Não precisamos usar o livro didático como algo que deve ser seguido, obrigatoriamente, à risca; ele é um material de apoio, por melhor que seja. **Que tal começarmos a buscar, na nossa vivência e na dos estudantes, o nosso “livro didático”?** As crianças e os adolescentes têm muito o que nos ensinar também. Ensino é uma rua de mão dupla. Não seria interessante fazer um “joguinho” com os alunos, tentando descobrir se há algum “errinho” no livro didático, por exemplo? Mesmo que não haja, nesse jogo, eles terão que ler o livro e discutir o que nele está escrito pra descobrir se há ou não algum equívoco. Jogos são sempre interessantes e despertam a atenção dos estudantes; e despertam a nossa atenção também. **Por que, então, não utilizar o potencial dos jogos na sala de aula?**

Os jogos aqui referidos podem ser direcionados pelo professor de modo que, em algum momento, passem por debates acerca de

alguns conceitos e temas básicos da Geografia, como paisagem, lugar, região, território, organização espacial, tempo histórico, redes sociais, natureza, escala / mapa, vivência, relacionamento sociedade-meio ambiente etc. Por que não? Não são conceitos e temas que estão diretamente relacionados à vida de todos nós? Se um estudante mora perto de uma região onde há um lixão, podemos discutir com ele o significado, para a vida dele e da sua família, dessa paisagem, ao longo do tempo, e como ficam as questões ambientais e de sobrevivência das famílias que vivem desse lixão. Essa é uma leitura de mundo que pode e deve ser feita pelo viés da organização do Homem no seu espaço geográfico e de como esse Homem se relaciona com ele, construindo-o ou destruindo-o.

Um trabalho mais integrado deve ser objeto de nossa maior atenção nas escolas, desde que seja esse o desejo, explícito e voluntário, do corpo docente, ou ao menos de parte dele. A Geografia é uma linguagem que tenta traduzir o conceito de espaço humano para o cotidiano dos estudantes, para que os mesmos leiam, interpretem e alterem o mundo em que vivem. A União Européia é um bloco econômico que já conta com a adesão de vários países europeus; conta há anos com um parlamento comum; os cidadãos de seus países membros podem circular livremente pelo espaço europeu que têm, inclusive, uma moeda única, o Euro. Ora, a União Européia é um objeto de estudo que pode ser apreendido por todas as disciplinas escolares, num trabalho integrado. Cada disciplina pode ter a sua apropriação do objeto de estudo “União Européia” e o significa de modo particular, embora não exclua, esta particularidade, certa apropriação conjunta com as demais disciplinas. A Geografia pode, por exemplo, estudar a noção de país, de continente, de bloco econômico, de identidade nacional e as alterações no mapa Europeu na pós-queda do Muro de Berlim e sua influência na nova ordem mundial.

Será que um estudante está mais preparado para a vida, para ler e interpretar o mundo, se ele souber como está classificado o relevo brasileiro hoje em dia ou qual a principal atividade econômica das Ilhas Fiji?! Cremos que são parâmetros, no mínimo, duvidosos de avaliação, caso a aula sobre as Ilhas Fiji e caso a avaliação do que dela foi visto não seja a busca pela ponte que irá fazer com que o estudante entenda a si mesmo e ao seu mundo, a partir do que foi estudado nas aulas sobre as tais ilhas, e faça disso um instrumento de compreensão de vida e de intervenção em seus espaços.

O processo avaliativo

Para a avaliação em uma perspectiva no tipo de ensino aqui preconizado, a sistemática tradicional de aplicação de uma prova, por mais importante que seja, não basta para que avaliemos o estudante; podemos e devemos pensar em avaliá-lo buscando os meios através dos quais ele chegou à sua resposta, o que mostra o raciocínio que desenvolveu, muito mais do que a resposta em si. Os trabalhos de grupo devem entrar na avaliação; perguntas feitas, oralmente, em sala de aula; apresentações das pesquisas; interesse, enfim, toda a produção do educando pode e deve ser objeto de análise ao lhe atribuirmos o conceito. O mais importante para o estudante é saber como procurar onde está a informação e, ao compreendê-la, ressignificá-la, decifrando-a e dando-lhe um valor de uso, de modo que esse conhecimento produzido lhe seja útil.

Todos os instrumentos pedagógicos podem e devem ser utilizados tanto para o incentivo quanto para o melhor aproveitamento do professor na geração de conhecimento junto com seu estudante. Vídeos, música, passeios são todos recursos válidos. No mundo da globalização em que vivemos, na nossa sociedade da informação e do conhecimento, um dos mais poderosos instrumentos pedagógicos e que tem sido, socialmente, pouco aproveitado é a informática e algumas escolas da Rede Municipal de Ensino possuem programas que podem ser usados pelo professor de Geografia em suas aulas. Os projetos de trabalho não se inserem apenas numa proposta de renovação de atividades, tornando-as mais criativas, e sim numa mudança de postura, o que exige um repensar da prática pedagógica; é, portanto, uma quebra de paradigma. A Pedagogia de Projetos é um caminho possível para transformar a escola em um espaço aberto à construção de aprendizagens significativas para todos os que dele participam.

O uso da internet, para ficar apenas num único instrumento possível para a realização da tarefa acima proposta, por meio de ambientes de aprendizagem colaborativa, auxiliará bastante na construção de conhecimentos, habilidades e valores dos alunos de hoje. Várias pesquisas e trabalhos podem ser feitos com o uso de meios digitais.

Pensando juntos, mas sem concluir!

“Cidadania” pode ser definida de várias formas, mas sempre requer a presença de indivíduos conscientes de si, de sua história, de seu espaço e das relações sociais que nele têm lugar. Para os gregos antigos, cidadão era o homem, branco, senhor de escravos e de territórios e aquele que tinha poder sobre a vida política, mas também sobre o território de sua Cidade-Estado. Felizmente, o conceito e a prática da “cidadania” mudaram muito de lá para cá. Temos a obrigação de mostrar isso ao estudante, de mostrar-lhe a beleza e importância de aprender.

O Projeto Político Pedagógico de cada escola expressa a visão da comunidade escolar sobre a vida social e o papel que ela, escola, tem a desempenhar nesse processo e essa visão é construída, pedagogicamente, na articulação das áreas específicas de conhecimento que fazem o dia-a-dia da escola e suas análises de mundo que, na verdade, é um só. Nós é que o dividimos em sala de aula para efeitos didáticos. A Matemática mostra o mundo através dos números; o mesmo mundo que é mostrado, lido e interpretado pela Geografia, só que pelo viés espaço-temporal. É o mesmo mundo. Não há, no limite, diferença de objeto, apenas de olhar e de metodologia de observação, análise e de interferência nesse mundo.

GEOGRAFIA

TEXTO 2: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS CICLOS DE FORMAÇÃO

Devemos olhar o mundo com os olhos estranhados.

Bertold Brecht

Não estamos nós, professores de Geografia, a formar “pequenos geógrafos”. Então, o que estamos fazendo em sala de aula? Por que e para que ensinamos Geografia?

Não cabe apenas descrevermos empiricamente o espaço, físico ou humano, como já é consenso há algumas décadas, mas entendê-lo para apreendê-lo e, no momento seguinte, ajudar o estudante a perceber que pode transformá-lo, de algum modo. É o que devemos fazer na escola: é com esse propósito que o professor de Geografia deve dar as suas aulas e, para tanto, faz uso do conhecimento espacial que lhe é singular.

O estudo dos conceitos, categorias analíticas e seus respectivos conteúdos da disciplina escolar Geografia deve, pelo até aqui exposto, ser usado pelo professor para mostrar ao estudante uma forma de pensar o espaço, permitindo que o mesmo fique à vontade para exercer seu pensamento e forma de apreensão de mundo, através dos conhecimentos adquiridos e construídos, relativos ao nosso espaço geográfico. Em outras palavras, o professor deve, com seu olhar, favorecer o contato dos estudantes com os fenômenos sócio-espaciais e com as especificidades dos diversos espaços estudados pela Geografia, enquanto componente do saber humano sobre o mundo em que vivemos.

Este texto é um pequeno exercício que gostaríamos de fazer: pensar

nossa área de conhecimento, a Geografia, à luz de alguns conceitos que nos são importantes, com o fito de reestudá-los para que possamos usá-los com mais propriedade em sala de aula e ligá-los à nossa prática pedagógica e aos objetivos do ensino de Geografia para a escola organizada em ciclos de formação.

Reflexões iniciais

A Geografia é uma área do conhecimento humano que estuda os fenômenos da sociedade e da natureza e sua distribuição espacial, tendo por objetivo a compreensão do espaço geográfico, sendo este o resultado direto do modo como as sociedades o organizam ao longo do tempo. O espaço é, pois, uma realidade conceitual e existencial (com dimensões físicas e sociais) mutante. Cabe lembrar que a construção espacial é dialética; o passado pode ser relido à luz de novos conhecimentos e essa releitura pode mudá-lo.

Considerando a mutabilidade como uma característica intrínseca ao ser humano, devemos considerar que o espaço é também dinâmico, submetido a processos (sociais e naturais) que tendem a alterar suas características. Por esse motivo, mais do que tentar descrever, precisamente, os nossos espaços, devemos, na Geografia, procurar entender o porquê e como funcionam para, ao apreendê-los, conseguirmos neles viver e os transformar.

Cada conceito como qual apreendemos, sensível e cognitivamente, a realidade percebida/construída do mundo em que vivemos, traz em si, uns tantos outros conceitos que o complementam e o enriquecem, especialmente quando não esquecemos a dimensão de que o mundo é um todo articulado, complexo e sistêmico.

O termo “conceito” pode ser entendido como uma formulação de uma idéia por palavras; como um pensamento ou idéia, produto de nossa faculdade de concepção; em Platão, era a manifestação da essência ou substância do mundo real; ou ainda, como um signo ou representação lingüística que mantém uma relação não-ontológica com os objetos do conhecimento. Pimenta (2007), analisando algumas idéias de Kant, nos diz que só podemos conhecer um objeto quando conseguimos ligar as intuições (de que falam os empiristas) aos conceitos que formamos sobre as coisas, existentes ou não (como querem os racionalistas). Pensamos em objetos, diz o autor, quando tomamos esses conceitos como formas

abstraidas de seu conteúdo, e isso nos leva ao que conhecemos como “universalidade”. Com efeito, afirma Pimenta (2007):

um conceito nada mais é do que a forma pela qual uma intuição particular vem a ser pensada como universal, ou seja, como pertencente a uma mesma classe de objetos reunidos por traços comuns. O exemplo da física é esclarecedor: aplicamos leis universais e dizemos que assim obtemos o conhecimento de objetos da Natureza. O que dessa maneira conhecemos não são objetos particulares, mas meras generalizações que nos permitem falar em regras universais regendo os fenômenos. Os traços particulares são ignorados e eles são tomados a partir de linhas que mostram um mesmo comportamento, comum a todos eles.

Não obstante, nos adverte o filósofo acima citado, não dependemos do conhecimento dos objetos para denominá-los ou mesmo para que falemos alguma coisa sobre eles, do contrário, não poderíamos dizer nada. Assim, se fazemos um tipo de referência a um objeto qualquer, é porque, de antemão, sabemos algo a respeito dele; no mínimo, que ele existe e que o reconhecemos como existente. Por este motivo, Pimenta diz que “a objetividade depende da forma dos conceitos, e não dos objetos, que simplesmente não seriam objetos não fosse por essa forma” .

Embutido em cada conceito temos as “categorias analíticas”, que podemos compreender como um conjunto de elementos que possuem muitas características comuns e que podem ser abrangidas ou referidas por um conceito, que as une e lhes dá condição ontológica, por assim dizer. Desse modo, a cada conceito criado, correspondem umas tantas categorias analíticas, a partir das quais aqueles podem ser estudados e mesmo postos à prova.

A abordagem por nós aqui sugerida no plano teórico não é, evidentemente, a única, mas é uma das possíveis e esperamos, com ela, contribuir para que você, professor, possa ampliar a reflexão sobre a Geografia e sua prática de ensino. Desse modo, este texto traz uma proposta de ensino baseada num eixo metodológico com base na discussão sobre alguns conceitos que, sem serem os únicos da Geografia, consideramos essenciais para que não os percamos de foco em nossas aulas.

Importante lembrar que, contrariamente a certa tradição

universitária, conceitos e objetos científicos (especialmente nas humanidades) não são dados a priori: são o resultado de construções históricas e, como tais, também mutáveis. São as práticas sociais que darão a medida e a relevância dos conceitos que serão importantes para cada ser humano.

Conceitos fundamentais para o ensino de geografia

Os conceitos fundamentais de **tempo** e de **espaço**, bem como os critérios definidos para estudá-los geram outros conceitos geográficos (como paisagem, lugar, região, território, redes sociais, natureza e escala geográfica/mapas e suas dinâmicas). Vamos, então, a alguns desses conceitos gerais da Geografia.

TEMPO

No dizer da geógrafa Doreen Massey, “*a compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso*” (1994). Podemos dizer, portanto, que, usualmente, a compreensão do processo tempo-espaço é diferenciada em função de aspectos sociais, econômicos e até mesmo tecnológicos.

A apreensão das relações espaço-temporais é fruto do que Massey (1994) chama de *Geometria do Poder*, ou seja, do posicionamento diferenciado que tomam indivíduos e grupos sociais em distintas formas de fluxos e interconexões, considerando as relações de poder intrínsecas a esses agentes sociais. Massey imagina, por exemplo, um lugar como resultado de “*momentos articulados em redes de relações, experiências e entendimentos sociais*”, construídas em escalas diversas. Entretanto, podemos afirmar, junto com a autora, que um lugar geográfico é um “momento”? O que isso significa?

Kant afirmava que os conceitos de espaço e tempo dizem respeito à nossa relação com a Natureza; assim, a descrição desta não pode ser feita sem o uso daqueles. Mas Kant também entendia tempo e espaço como categorias *a priori* de nossa capacidade de pensar e perceber o mundo. São, pois, para Kant, conceitos abstratos e a-históricos, mais ou menos racionalizados a depender da sociedade e do momento histórico.

A rapidez dos fluxos está alterando e encolhendo o binômio espaço-tempo – ou melhor, a percepção que dele temos – e esse processo tem sido bastante influenciado pelo crescente uso da informação e da tecnologia, permeando todo o tecido social. O mundo em que vivemos é cada vez mais das redes e dos fluxos, um mundo no qual a velocidade se tornou um dos principais fatores ideológicos de transformação social. Esse mundo da comunicação em tempo (dito) real está alterando profundamente as noções de tempo e de espaço. Pizza Júnior (1997) afirma que

o tempo é a percepção que se tem dele, a qual, em grande parte, é ditada por imperativos de ordem social. Vemos, assim, que há dois níveis de percepção do tempo: um individual, restrito a experiências e projetos pessoais, e outro de origem externa, derivado de práticas e realidades representativas de um determinado contexto social. Naturalmente, essas percepções podem variar de uma sociedade para outra e até no interior da mesma sociedade, mas os padrões gerais sempre decorrem da cultura e da sociedade.

A temporalidade é, pela ótica aqui examinada, uma percepção humana. Dentro de uma visão existencialista, Sartre (1997) mostrou que o *ser presente* fundamenta o ser passado, que ele é sem possibilidade de não sê-lo. O *ser futuro*, por sua vez, é corroído pelas infinitas possibilidades do *ser presente*. Assim, o ser futuro é uma tendência de ser, em que o *ser presente* aponta, em suas transcendências, o que poderá ou não vir a ser, o “*Futuro não é, o Futuro se possibilita*”. Assim, para Sartre, a temporalidade é uma sucessão irreversível de eventos que “*pode ser definida como uma ordem cujo princípio ordenador é a relação antes-depois*”.

E onde entra o nosso Espaço Geográfico nesta reflexão acerca da temporalidade? Sendo o tempo, ao menos do ponto de vista que estamos adotando neste texto, um imperativo da ordem do social, chegamos à reflexão sobre como, historicamente, as sociedades humanas foram vivenciando o seu lugar, construindo-o, material e simbolicamente e fazendo surgir no mundo os seus espaços. São, efetivamente, as mais variadas práticas sociais que dão sentido à vida, humana e social, e a relevância aos estudos de áreas do conhecimento como a Geografia. Não há, desse modo, como falar em Geografia se não fizermos referência às práticas sociais e à sua dinâmica espaço-temporal.

ESPAÇO GEOGRÁFICO

Podemos afirmar que é o conceito mais amplo e genérico, englobando vários outros, como os demais ora analisados, e lhes sendo uma espécie de ponto inicial e final de reflexão, para os estudos da Geografia; é uma construção coletiva e histórica das sociedades que o fazem uma complexidade crescente a partir dos territórios articulados nele contidos, com suas regiões, lugares e paisagens, todos forjados pelos agentes sociais nele existentes. As sociedades atuam em seu espaço de modo organizado, apropriando-se de parte da superfície terrestre (maior espaço geográfico possível), transformando-a e adaptando-a *a partir de* e para o seu modo de vida. As “impressões digitais” que deixamos na Terra dependem de nossos valores e do modo como apreendemos e percebemos o mundo, ou seja, depende de nossa senso-percepção, de nossa capacidade cognitiva, de nossa cultura e de nosso agir sobre a realidade do mundo.

O espaço geográfico é o espaço construído através da transformação do mundo pelo homem (relação sociedade-espaço), tendo como finalidade a intencionalidade humana, coletivamente organizada em sociedade. Podemos encontrar nesse espaço, formas naturais (rios, planaltos, planícies etc...) e artificiais (casas, avenidas, pontes...), mostrando-o como um ente altamente dinâmico, complexo, hierarquizado e integrado. Ao falarmos de espaço geográfico estamos nos referindo a um conceito, no mínimo, bidimensional: existe a dimensão geométrica e a existencial, interagentes e indissociáveis e, por isso mesmo, não podendo, numa perspectiva geográfica, serem entendidas de modo isolado, uma da outra. Assim, o espaço geográfico é um dos conceitos que temos para apreender o mundo em que vivemos; é nosso espaço vivido e sistematizado através de nossas representações simbólicas e realizações materiais. Há várias possibilidades de “recorte” conceitual do Espaço Geográfico, dentre as quais destacamos as principais.

PAISAGEM

Podemos defini-la, de modo simples, como tudo aquilo o que vemos, num correr de olhos até o nosso horizonte possível. Essa paisagem pode ser natural, se tiver origem na natureza (“Primeira Natureza” – rios, formas de relevo, biomas etc.) ou artificial ou

social (“Segunda Natureza” – cidades, cultivos, edificações etc.) se transformada pelo trabalho humano que, nessa concepção, deve ser entendido como uma categoria sociológica, para denominar a atividade humana de transformação da natureza em objetos ou serviços com valor de uso e de troca sociais. Vale a ressalva de que paisagem natural ou paisagem artificial são conceitos humanos, que mostram como a natureza é apreendida concreta e simbolicamente, conceitualmente falando.

O espaço – na duvidosa hipótese de que existe “o espaço” e não “espaços” – é uma entidade coletiva, com sua própria “personalidade” e sua própria “aparência” ou, em termos mais técnicos, com suas regras de convivência social e com sua estética. Falar em estética, a visual, a que mais nos chama a atenção, normalmente, é falar na paisagem que vemos com nossos olhos e que percebemos com nossa sensibilidade, podendo ela ser tanto natural quanto social. E mudanças na paisagem não podem ser analisadas de modo independente das práticas sociais que as originaram. Os objetos da paisagem – com suas estéticas, éticas e funções, para usar uma terminologia de Félix Guattari – analisados contextualmente são, segundo Luchiari (2001) “*imbuídos de significação e intencionalidade*”. É a paisagem que dá forma à ação; é sua materialidade que permite, no entender da autora, “*a concretude de suas representações simbólicas*”. Luchiari (2001) afirma que “*a paisagem tomada pelo indivíduo, é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história*”. Para Santos (1986), “*o que se encontra na forma-objeto como significante, encontra-se na totalidade como significado*”. O sentido maior está no todo construído e percebido, que difere para cada ser e para cada grupo ou classe social, e não em suas partes constituintes, tomadas isoladamente. Na visão de Luchiari (2001), “*as paisagens não existem a priori, como se existissem naturalmente, mas apenas em relação à sociedade, sendo por esta transformada em objetos culturais e isso transforma a paisagem em lugar*”.

No dizer da autora, em conclusão às idéias aqui expostas “*ao contrário do que nos fez acreditar o projeto da modernidade, a natureza não está mais ‘fora’ para ser dominada. Civilização e Natureza agora são unas*”. As paisagens são, assim, construídas e reconstruídas, historicamente, pelas sociedades, que têm o seu próprio modo de viver, perceber e de se relacionar com o seu espaço

geográfico, a partir dos seus lugares. Quanto mais dinâmicas forem as sociedades, tanto mais dinâmicas serão as paisagens, o território e o espaço geográfico.

No caso da “Segunda Natureza”, temos uma paisagem mais ou menos organizada racionalmente e de modo articulado, em um sistema de redes e, por isso, temos que sair de sua superficialidade, a qual apenas nos dá alguns indícios de como a sociedade vive e se organiza, para mergulharmos fundo nas origens da construção social do espaço geográfico. A paisagem é, desse modo, apenas o primeiro plano de leitura, o aspecto palpável e concreto da sociedade, mas sem que a superemos, analiticamente, será difícil ver o que está por trás dela. Embora originária da cultura humana e, portanto, de cunho coletivo, a paisagem também pode ser subjetiva, já que é função, em parte, da interpretação dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos.

LUGAR

Há mais de uma idéia possível para que apreendamos esse conceito. Entre elas, a de que um lugar pode ser entendido como a base para a reprodução da vida e, nessa acepção, teria uma identidade, já que seria construído a partir das culturas das pessoas que nele vivem. Lugar seria, dessa forma, percebido pelos sentidos e pela cognição subjetiva e pela função local, atribuída a ele, socialmente, em cada momento histórico, sendo, por isto, o resultado, tangível e intangível, das práticas sociais vigentes. Assim, um lugar pode ser entendido como tendo uma identidade (ou identidades?) singular e essencial, construída de modo interno e (em geral) distinto de outros. Essa concepção de lugar como sinônimo de identidade é uma idéia da geógrafa Ana Fani (1996).

Se lugar é vivência, com fixidez ou fluidez, mas sempre subjetivamente definido, cada um – ou cada grupo social - tem o seu conceito de lugar ou, ao menos, a sua apreensão e sua forma de relacionamento com os elementos da paisagem, natural e social, que o cercam e isso pode acontecer tanto com o entorno imediato quanto com outros lugares do mundo. Daí a afirmação de Massey (1994) quanto ao caráter global dos lugares, construído a partir de uma constelação particular de relações sociais, locais e globais.

REGIÃO

Podemos apreendê-la de vários modos. Segundo idéia já tradicional e, embora contestada, razoavelmente aceita, como um espaço definido e delimitado a partir de critérios objetivos pré-estabelecidos. Regionalizar é dividir o espaço segundo tais critérios e tem a função primordial de nos fazer conhecer melhor um espaço para que nele intervenhamos e, assim, possamos ter mais qualidade de vida. O termo *região* está ligado a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão de certo fato ou fenômeno, segundo informações de origem natural ou social. Tais definições são usadas de modo prático e objetivo para fins administrativos, de planejamento de uso do solo etc. (região metropolitana; região urbano-industrial etc.). A definição dos critérios de regionalização nos leva à discussão de critérios de delimitação e diferenciação dos espaços: como traçar linhas imaginárias para construir uma região, se o espaço é contínuo, tal como o tempo e se ambos são percepções humanas, na acepção aqui trabalhada e sugerida? Como marcar, precisamente, uma região, se o binômio espaço-tempo é relacional, interagente e não estanque e essencialmente mutável? Como, então, definir, uma região?

A primeira noção de “região”, na Geografia, veio com Paul Vidal de la Blache, em fins do século XIX / início do século XX e foi entendida, de início, quase que exclusivamente em sua vertente física, ou seja, quase como um “elemento da natureza”; nasceu, assim, a idéia de “região natural”, que seria a supremacia do ambiente natural sobre o social; seria uma área estratégica para a administração estatal. O “possibilismo” tentou romper com a idéia “determinista” vigente ao atribuir às sociedades a preponderância dos processos da vida. Dizia-se que a região natural não poderia ser o quadro de estudos das sociedades, nem ser o seu fundamento, porque o ambiente não seria capaz de explicar todos os fenômenos sociais. Para os “possibilistas”, a região seria uma unidade básica do saber geográfico, não como unidade morfológica, por exemplo, mas como resultado do trabalho humano. Essa idéia fez nascer o conceito, muito difundido, de “*Região Geográfica*” (Castro, 1995).

Nas palavras de Costa (2001), ao analisar correntes do pensamento regional,

além do discurso das redes que fariam desaparecer as ‘regiões’ enquanto recortes espaciais contínuos, dotados de certo grau de singularidades e de homogeneidade interna (...), surge também o discurso da ‘hibridização’ do mundo, da complexidade crescente, das ‘microfísicas’ (que valorizam as escalas micro em detrimento das meso-escalas, típicas da abordagem regional), da relação contínua entre conexão e fragmento (...)

Mesmo se considerarmos a região a partir de uma concepção mais estrita, que prioriza os regionalismos e as identidades, também podemos partir para novas proposições, seja pelo reconhecimento de “novos regionalismos”, de base territorial local, seja pela ênfase ao caráter dinâmico com que estes regionalismos e identidades são difundidos, através de conceitos híbridos como o de “rede regional” (...) Os movimentos recentes, tanto de ordem mais estritamente econômica quanto político-cultural, apontam para a retomada da importância das escalas médias, não apenas na tradicional posição entre “local” e o nacional, mas também entre o nível local e o dos chamados “blocos mundiais” (para alguns “regionais”) ou mesmo diretamente frente à globalização.

Para fins de síntese, Costa (2001) aponta quatro características históricas básicas do fenômeno “região” e como a mesma foi apreendida pelos geógrafos:

- **Singularidade ou a diferenciação espacial** – A região é entendida como produto da diferenciação espacial ou de áreas; desaparecendo essas diferenciações, desapareceriam as próprias regiões.

- **Coesão ou integração entre múltiplas dimensões do espaço** – A região aparece, no dizer de Costa (2001), pretensiosamente, como a unidade-síntese dos fenômenos, integrando as múltiplas dimensões do espaço geográfico.

- **Relativa estabilidade e continuidade ou contigüidade espacial** - A região é um espaço dotado de relativa estabilidade (mesmo que contenha ou que seja dominada por fluxos), até mesmo de certa homogeneidade.

- **A meso-escala** – A região é trabalhada como uma unidade espacial entre a escala local e a escala nacional (numa visão labacheana clássica) ou entre a escala nacional a escala mundial (Geografia Regional).

O estabelecimento de regiões passou a ser, assim, uma técnica da Geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa do geógrafo. Regionalizar, assim, como já visto, passou a ser a tarefa de dividir o espaço segundo critérios naturais ou sociais para a apreensão espacial como, por exemplo, no planejamento estatal. Nenhuma divisão é definitiva e varia conforme o tempo, o espaço e a cultura política e econômica da sociedade que a cria como instrumento de análise.

TERRITÓRIO

Numa concepção simplificada, poderíamos dizer que território é o espaço submetido (estruturado e organizado socialmente) a algum tipo de poder ou influência de alguém. Em resgate histórico à conceituação de território, Costa (2004) nos mostra que

o controle e a apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc.

Isso nos leva ao conceito de “*territórios-rede*” (descontínuos, móveis, fisicamente fragmentados) e a articulação dinâmica desses territórios-rede em múltiplos territórios, que gera o outro conceito mencionado pelo geógrafo: a *multiterritorialização* (Costa, 2004). As condições para a realização desse último fenômeno são as especificidades, concretas e simbólicas, dos mais variados territórios (diversidade territorial), daí as grandes cidades serem o local privilegiado onde podemos encontrar a multiterritorialização. Ou seja, *multiterritorialidade* é um fenômeno geográfico que implica na possibilidade de acessar ou

conectar, dos mais diversos modos, diversos territórios, bem como na capacidade de os percorrermos, física e simbolicamente. Quem vive em um *multiterritório*, como um morador da cidade do Rio de Janeiro, no entender de Rogério, vivencia vários tipos diferentes de territórios ao mesmo tempo. Territórios-rede são, pelo analisado, a expressão geográfica de territórios descontínuos, superficialmente, mas interligados e interdependentes, simbólica, informacional, comercial, econômica, cultural e politicamente, quer dizer, a continuidade territorial não se dá apenas na extensividade matemática superficial, mas na articulação nodal das relações sociais.

Assim, destaca-se o espaço das cidades como um dos territórios mais importantes deste século XXI: tanto o sítio (e suas topologias) e sua função (política; área de influência), como o seu processo histórico de estruturação interna. Não é à toa que, por exemplo, no entender de Costa (2004), além de ser a base material das sociedades, o território é o espaço do domínio político e da apropriação simbólica espacial e a esse processo ele nomeia “territorialização”. Desterritorialização, analogamente, pode ser entendida tanto de um ponto de vista de uma sociedade que está, literalmente, sem território, como os Curdos ou os Palestinos, quanto de um ponto de vista mais simbólico, como o apontado pelo professor Rogério, onde seria o processo inverso à territorialização, ou seja, quando sujeitos ficam, por motivos os mais variados, alijados das benesses de seu território (ou de outros).

REDES SOCIAIS

As redes sociais podem ser entendidas como formas de representação dos relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos em diferentes níveis de complexidade. Uma rede social é responsável pelo compartilhamento de idéias entre pessoas que possuem interesses e objetivos em comum e também valores a serem compartilhados. Assim, um grupo de discussão é composto por indivíduos que possuem identidades semelhantes; um grupo político é o resultado de pessoas de ideologias semelhantes e procedimentos que convergem para ações comuns, e por aí seguimos. As redes sociais, cuja base é o emaranhado de fluxos, estão bem representadas, na globalização, pela internet, devido ao fato desta possibilitar uma aceleração e ampla maneira das idéias serem divulgadas e a absorção de novos elementos em busca de algo em comum.

São as redes sociais as maiores responsáveis pelas atuais trocas societárias, pelos fluxos cada vez mais intensos da globalização. As redes são resultado e, ao mesmo tempo, causa de trabalho (processo de transformação do mundo) humano neste século XXI. A vida social e o espaço geográfico são criados e recriados, historicamente, mas também condicionam a nossa vida e, como estamos cada vez mais integrados, sob vários aspectos, as referidas redes constituem um conceito importantíssimo a ser aplicado em todos os ciclos de ensino. As redes sociais mais elementares, cotidianas e observáveis (como as regras de conduta nos jogos infantis ou de comportamento em família ou na escola) podem ser a base para a compreensão de redes mais complexas (como as relações sociais de produção diferenciadas, os direitos e deveres dos cidadãos, a organização política e civil das sociedades, etc.). Tais redes são, hoje, tão importantes, que podem mesmo dispensar o domínio do território físico, como na época da Roma antiga ou do Colonialismo Moderno europeu, porque possibilitam um uso virtual (cultural, político e econômico) dos territórios, os quais bem podemos classificar como *território fluxionalis*.

NATUREZA

A Natureza é compreendida, numa concepção kantiana e hegeliana (embora com Hegel, a ênfase recaísse mais no plano da formação de uma autoconsciência do ser que percebe do que na percepção, em si, como era a ênfase kantiana), como um conceito derivado de um conjunto de leis que são racionais, mas percebidas sensivelmente. O conceito de Natureza contribui para que se tenha noção de que há no espaço geográfico, diversos elementos com características, organização, diferenciação e dinâmica próprias, que se apresentam à sociedade para que esta se adapte a ela ou dela faça uso dos mais diversos modos, reconhecendo a possibilidade desses usos gerarem impactos e reajustes ambientais.

Nas palavras do filósofo Maurício Keinert (2007), “o conhecimento racional só pode lidar com fenômenos e não com coisas em si mesmas”. Em virtude dessa idéia, podemos afirmar que o mundo e seus elementos existem por si sós, independente da percepção humana, mas a palavra “Natureza” assume a forma de um conceito que expressa nosso olhar e apreensão dos objetos que não criamos, mas dos quais fazemos usos os mais variados. É a forma como *percebemos o e intervimos* sobre o mundo “natural”,

digamos assim, que constitui a essência do conceito que estamos aqui analisando.

Em geral, a dinâmica da Natureza é tratada de modo mais aprofundado entre as especialidades da Geografia Física. Conceitos básicos da análise física, como dinâmica, complexidade, evolução e sistema, são fundamentais na compreensão dos fenômenos climáticos, geológicos, geomorfológicos, hidrológicos, pedológicos, ambientais etc. O estudo da dinâmica dos componentes físicos tem, ainda, o caráter peculiar de preparar o estudante para aplicar conhecimentos científicos em sua vida cotidiana, sobretudo em áreas sujeitas a riscos naturais (enchentes, deslizamento de encostas, ressacas costeiras etc.).

Incorporando a compreensão da dinâmica dos componentes do quadro natural muitos se dão conta do grau de risco a que se submetem ao minimizar a importância dos processos físicos em seu dia-a-dia. Alguns exemplos, para recordar e refletir. O conhecimento dos mecanismos responsáveis pela dinâmica das encostas deveria levar a uma análise mais crítica quanto aos processos de ocupação desordenada e, em geral, uma postura mais cautelosa em relação aos mecanismos naturais, tanto em áreas urbanas como em espaços rurais. O mesmo se dá ou deveria ser assim quanto à compreensão da dinâmica fluvial, especialmente em áreas urbanas onde a descaracterização do meio físico leva a um desconhecimento quanto à existência de canais fluviais (e de escoamento de águas pluviais) nessas áreas. A compreensão dos mecanismos de escoamento de águas em áreas urbanas é extremamente importante, tendo em vista o fato de que eventos de chuvas extremas podem provocar fenômenos de alto risco para a população que ocupa as áreas sujeitas a enchentes. Em áreas costeiras, o estudo da dinâmica litorânea permite a incorporação de conhecimentos mais abrangentes (como o mecanismo das marés, os efeitos dos fenômenos meteorológicos sobre as ondas, poluição de águas etc.). Por outro lado, a compreensão da dinâmica climática costuma ser naturalmente incorporada ao cotidiano dos estudantes devido ao seu caráter prático e objetivo. Em todos os exemplos dados anteriormente, cabe ao professor estimular nos estudantes algumas habilidades cognitivas como observação, comparação, dedução, reflexão, sintetização, classificação, generalização, interpretação, criação etc.

ESCALA GEOGRÁFICA / MAPA

A escala, além de ser um conceito geográfico significativo – no que tange a abrangência ou detalhamento do estudo de certos fenômenos – é uma ferramenta (instrumento) indispensável em análises geográficas. O ensino de Geografia tem como objetivo levar ao entendimento das espacialidades sociais pelo mundo, que pressupõe a articulação entre as instâncias econômicas, políticas e culturais e estas com as naturais. E, para isso, é necessário que o estudante compreenda seu ambiente imediato (local), assim como as escalas espaciais mais amplas (regional, nacional e internacional) e possa refletir sobre seu cotidiano articulado a essas escalas e articulando-os.

De modo semelhante, os mapas constituem representações (diferenciadas) dos espaços físicos, considerando a possibilidade de selecionar temas diversos para as análises que se pretende fazer. Em geral, para que essa representação alcance seus objetivos de modo satisfatório, é necessário que a façamos através do uso de técnicas de representação que incluem a escolha pelo tipo de projeção cartográfica a ser utilizada, o grau de aproximação (escala matemática), a complexidade dos fenômenos etc.

Na Cartografia, escala significa tanto a fração de divisão de uma porção de superfície representada, quanto um indicador do tamanho do espaço considerado (classificação de ordens de grandeza; mensuração) e isso pode supor, por exemplo, uma progressão linear de aproximação ou afastamento de uma superfície que se quer retratar cartograficamente. Ou seja, uma escala cartográfica é um instrumento de abstração para efeitos analíticos de um mapa, que é a própria grafiação simbólica do espaço físico terrestre. A escala aqui referida nos mostra, matematicamente, o quanto uma área real, da Terra, foi reduzida para poder ser representada numa folha de papel ou numa tela de computador (ainda que, neste caso, tenhamos mapas tridimensionais). O exemplo que Massey (1994) nos traz e pode nos conduzir a um raciocínio escalar-cartográfico é o seguinte:

Imagine por um instante que você está num satélite bem longínquo; você pode ver o 'planeta Terra' à distância e, está equipado com o tipo de tecnologia que lhe permite ver a cor dos olhos das

peças e os números de suas placas de carro. Você pode ver todo o movimento e sintonizar toda comunicação que ocorra. Uma parte disso é gente em movimento; outra, comércio físico; outra, transmissão por meios de comunicação. Há fax, e-mails, redes distribuidoras de filmes, fluxos e transações financeiras. Aproxime o olhar e encontrará navios, trens e, em algum lugar da Ásia, uma maria-fumaça subindo com dificuldade as colinas. Aproxime ainda mais o olhar e verá caminhões, carros e ônibus, e um pouco mais próximo, em alguma parte da África, há uma mulher caminhando descalça que continua a gastar horas por dia para buscar água.

Mais à frente, Massey (1994) retoma a idéia e afirma:

Volte para o satélite e olhe para o globo. Desta vez, no entanto, imagine não apenas todo o movimento físico, ou toda a comunicação invisível, mas também – e especialmente – todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas. Preencha essa visão com todas aquelas experiências da compressão de tempo-espaço –, pois o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando. Em muitos casos, essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, de família à área local e até a internacional.

Os recortes temáticos dos mapas têm sido, por exemplo, lugares e territórios (rua, praça, bairro, cidades etc.), a região, a nação e o mundo, para o estudo das atividades e funções sociais e suas conseqüências. Já na Geografia Física os recortes são outros, podendo ser hidrológicos, geológicos, climatológicos, geomorfológicos etc. Tão importante quanto saber que todos esses temas ocorrem no espaço geográfico de modo dinâmico, é desenvolver a noção de que tais informações integram a mesma realidade – o que leva à noção dos sistemas de informações geográficas.

A escala cartográfica é muito importante para a Geografia porque, afinal de contas, nos dá a possibilidade de analisarmos a superfície de ocorrência de fenômenos naturais e sociais, a partir de uma determinada perspectiva analítica. Contudo, vale a ressalva, pensar de modo escalar, em Geografia, não é apenas fazê-lo a partir

de parâmetros matemáticos, embora os inclua: é pensar, também, em termos de abrangência fenomenal em toda a sua complexidade. De algum modo, podemos afirmar que o uso de uma escala, seja ela vista de uma perspectiva cartográfica, seja ela vista de uma outra perspectiva, mais fenomenal, ou seja, nos termos aqui postos, mais geográfica, é, para o pesquisador, uma espécie de “lente” que o permite “ver” tal e outro fenômeno, natural ou social, sob determinado ângulo observacional e analítico. Desse modo, não existe uma escala melhor do que outra; existem escalas diferentes, para estudos com objetivos diferenciados.

Eixos metodológicos

Método é um processo racional com o qual tentamos alcançar nossos objetivos; é nossa maneira de proceder. Por extensão, metodologia é a forma de operacionalização de um método ou, dito de outro modo, é a forma que temos, na prática, para atingir o conhecimento de alguma coisa.

Isto posto podemos entender a metodologia como sendo composta pelo conjunto de procedimentos que adotamos quando vamos estudar alguma coisa. Por isso, cabe aqui discutir qual pode ser o eixo metodológico mais adequado para o ensino de Geografia na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Essa discussão é pertinente na medida em que, mais importante do que o conteúdo programático do que se vai estudar, é o procedimento analítico e metodológico com que o professor vai trabalhar, pesquisando ou ensinando.

Não que seja uma exclusividade dos *estudos da e do ensino de Geografia*, mas algumas ações são especialmente importantes e devem compor o eixo metodológico do professor de Geografia. Cabe propor um conjunto de procedimentos que leve o professor a estimular o estudante a atuar num mundo complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado. Deve, ainda, desenvolver seu espírito crítico, que implica o desenvolvimento da capacidade de problematizar a realidade sócio-espacial, de propor soluções e de reconhecer a sua complexidade. Devemos, pois, atentar para a **observação** de nossos ambientes, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista natural, pois é da interação entre sociedade e natureza que nasce o que chamamos de Espaço Geográfico. A observação pode partir de

casos cotidianos objetivos, usados como ponto de partida para o início das discussões de diferentes temas geográficos e o professor de Geografia deve estimular a constatação de que o observado é fruto da ação humana e que, ao mesmo tempo, a influencia.

Cabe ao professor de Geografia valorizar a **contextualização** histórica, cultural, sociológica, econômica, ambiental e política dos fenômenos geográficos. A **análise** desses últimos fenômenos deve ser feita com especial atenção quanto ao **processo** de ocupação espacial, uso ambiental e organização cultural, econômica e política das sociedades humanas no seu viver e devir histórico. A **síntese** dos estudos geográficos realizados em sala de aula e a **sistematização** do conhecimento produzido têm a relevância de promover a **integração (aplicação)** desse conhecimento à vida de todos os que o construíram - professores e estudantes.

Os critérios de apreensão das realidades espaço-temporais a partir de certas categorias fundamentais devem estar claros e serem expressamente definidos a priori. O uso das categorias de análise propostas por Milton Santos (forma, função, estrutura e processo) deve ser estimulado desde os níveis mais elementares da educação básica, sempre procurando utilizar os aspectos mais próximos e cotidianos dos estudantes (tanto no tempo como no espaço) para, progressivamente, conduzi-los para níveis mais amplos de abstração, complexidade e abrangência (local, regional, nacional e mundial). Essas categorias devem ser pensadas em todas as fases do pensar e do pesquisar Geografia e também do ensino da Geografia. Elas estão em acordo e aparecem, totalmente imbricadas, com os conceitos e categorias que estamos aqui a propor neste texto.

Ampliando as discussões do ensino de Geografia propostas no currículo Multieducação (SME, 1996), podemos fazer alguns paralelos entre os Princípios Educativos e Núcleos Conceituais e certos conceitos geográficos, bem como de categorias básicas de análise.

Quanto aos **Princípios Educativos da Multieducação.**

- **Meio Ambiente** - Na Geografia procura-se analisar as relações entre os aspectos físicos e sociais como historicamente responsáveis por conjunturas ambientais e humanas específicas. Nessa perspectiva, a dinâmica do meio físico (clima, relevo, biomas, etc) e sócio-econômico (incluindo aspectos da cultura, da

política e da produção e circulação de bens e serviços) estão de tal modo integradas, que praticamente elimina o sentido da divisão de temas entre Geografia Física e Humana.

- **Trabalho** – Sendo o resultado da ação individual ou coletiva do homem, a Geografia procura analisar o papel das redes sociais como agentes responsáveis por diferentes formas de organização e transformação política, social, econômica etc., tendo em vista diferentes recursos tecnológicos e acesso a informações pelos grupos sociais.

- **Cultura** - A organização de idéias e de procedimentos analíticos é, de certo modo, um dos aspectos do que se pode entender por cultura. Assim, tivemos historicamente um acúmulo de reflexões na história do pensamento geográfico, bem como de metodologias para o estudo e ensino da Geografia; a cada período histórico, de cada cultura, corresponde a cultura que engendrou determinada organização sócio-espacial.

- **Linguagens** - Sendo uma ‘linguagem’ algo reconhecido por um grupo como capaz de garantir a comunicação interna e com outros grupos, o uso de termos e conceitos com significados específicos dentro da Ciência Geográfica fazem dela uma forma de comunicação para que se possa entender o Espaço Geográfico.

Em relação aos **Núcleos Conceituais da Multieducação.**

- **Identidade** – O estudante deve conseguir conhecer formas (ambientais, urbanas, rurais, de atividades econômicas, de expressão cultural, de arranjo social etc.) e suas funções (dos agentes da natureza, dos diferentes tipos de agentes de produção, de membros da sociedade, dos bairros, dos diferentes tipos de imóveis, transportes, empresas etc.) no espaço geográfico.

- **Espaço** - Conceito fundamental e objeto de estudo da Geografia. A abordagem geográfica de análise do espaço tem a singularidade de traduzir a interdependência de vários agentes sociais, naturais, econômicos, políticos etc, refletindo estruturas sócio-espaciais organizadas historicamente. As escalas de abordagem devem ser diferentes, dependendo do nível cognitivo dos estudantes, partindo de níveis próximos (escola, bairro, família) até os mais abrangentes.

• **Tempo e Transformação** – Na Geografia, esses dois núcleos correspondem à categoria analítica de processo, ou seja, a dinâmica dos agentes de transformações sociais e naturais. Essa categoria é especialmente relevante por mostrar que modificações sociais, políticas, ambientais etc. ocorrem com o tempo e para que se perceba a importância da participação social na construção de novas realidades.

A incorporação desses procedimentos metodológicos à prática docente da Geografia consolida a ação do professor como aquele que estimula o estudante a buscar em si próprio os recursos analíticos capazes de levá-lo a uma compreensão mais aprofundada de fatos diversos. É esse eixo metodológico que permite uma contribuição da Geografia na análise de temas interdisciplinares no ensino fundamental. A partir de eventos relevantes e com base na análise interdisciplinar, os professores de todas as áreas acadêmicas têm como contribuir com seus conhecimentos específicos, aproveitando a motivação que a discussão de determinado tema possa trazer para os estudantes.

Objetivos para os ciclos

A despeito de cada ciclo ter os seus objetivos específicos, podemos pensar em um único objetivo geral para o ensino de Geografia e que pode atuar como um eixo central do qual nenhum objetivo pode prescindir e para o qual todos ocorrerão: o de que o Homem constrói, historicamente, o seu espaço geográfico, seja do ponto de vista material, seja do simbólico.

1º CICLO DE FORMAÇÃO:

- Reconhecimento, da parte da criança de que, como seres sociais e sociáveis, junto com outros seres, pode (re)construir os seus espaços, num processo cotidiano e histórico; é a construção do “eu coletivo”, onde a família, a comunidade, a escola e o bairro são fatores sociais essenciais, pela proximidade com a vida cotidiana dos estudantes.
- Reconhecimento do outro como um agente também construtor de espaços e de relações pessoais e sociais que podem ser estabelecidas no ambiente; é a percepção da casa e da escola, por exemplo, ou seja, do seu espaço físico (entorno).
- A construção de noções escalares, na observação da escola, da casa, da rua e do bairro.
- Reconhecimento dos elementos naturais, as pessoas incluídas, e suas inter-relações que compõem o conceito de Natureza, em suas mais variadas apreensões, usos e manifestações, bem como seus impactos sócio-ambientais.
- Reconhecimento do ambiente que cerca o estudante e suas características diferentes, tais como, por exemplo, urbanas e rurais, para além da aproximação que, nos dias atuais, essas duas unidades espaciais já apresentam.

2º CICLO DE FORMAÇÃO

- Compreensão de que o trabalho humano materializa-se no espaço e pode ser analisado por sua transformação e pela organização dicotômica “campo-cidade”.
- Desenvolvimento da percepção de que o ambiente pode influenciar o modo de vida das pessoas e de como isso faz nascer os lugares, como o bairro, como identidade construída espacial e historicamente; por ambiente, aqui, devemos ler tanto o ambiente social, quanto o ambiente físico (a Natureza e a forma com a qual interagimos com ela).
- Estudo das mais variadas formas de representações cartográficas, como os mapas, lendo-os e interpretando-os.
- Ampliação do conceito de escala, através do estudo do bairro, do município (com foco especial nestes dois primeiros), do estado (unidade federativa), do país e dos continentes, trabalhando questões relativas à localização espacial, em suas diferentes escalas cartográficas.
- Compreensão de que a Terra é um planeta, o que isso significa, astronomicamente e algumas conseqüências disso para a vida, com a alternância climática.
- Reconhecimento dos elementos naturais, as pessoas incluídas, e suas inter-relações que compõem o conceito de Natureza, em suas mais variadas apreensões, usos e manifestações, bem como seus impactos sócio-ambientais (ecologia).

3º CICLO DE FORMAÇÃO

- Reconhecimento dos elementos naturais, as pessoas incluídas, e suas inter-relações que compõem o conceito de Natureza e do quadro natural que nos cerca e com o qual nos relacionamos, em suas mais variadas apreensões, usos e manifestações, bem como seus impactos sócio-ambientais, focando o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil.
- Estudo das mais variadas formas de representações cartográficas, como os mapas, lendo-os e interpretando-os e a compreensão de que a base cartográfica é resultado das ações humanas na sua interação com o meio ambiente e seu desenvolvimento sustentável.
- Reconhecimento de relações sócio-espaciais e de poder que surgem quando há organização coletiva de um lugar.
- Compreensão de que a cultura de um povo, ao criar seus hábitos e costumes, cria o seu próprio espaço e, numa relação dialética, é também recriada por ele; construção da co-existência relacional entre as diferenças humanas e suas contradições. O mundo aqui, é o foco principal, incluindo os problemas sócio-ambientais pelos quais temos passado e as conseqüências que poderão advir do que estamos hoje fazendo.
- Percepção de que aspectos culturais, políticos e econômicos das sociedades estabelecem determinadas formas de uso, mais ou menos racional, de seu território, intimamente relacionado com as condições de poder estabelecidas nos lugares.
- Entendimento de que a existência social, ao criar o seu espaço, estabelece determinadas relações sociais que, disseminadas e trocadas com outros povos, ajudam a forjar novas organizações espaciais e essa rede faz nascer no mundo o espaço geográfico que, no mundo de hoje, é fortemente influenciado pelos fluxos e pelas redes sociais, dos mais variados tipos e funções; levar o estudante a entender as divisões sociais e espaciais do trabalho e que ambas são transformadas no processo histórico.
- Compreensão das dimensões locais, regionais e planetárias, através da história, que os constituiu como tais, bem como a compreensão da localização e da orientação nos deslocamentos das sociedades industriais modernas sobre o espaço geográfico.
- Compreensão de que o Espaço Geográfico é relacional e tem duas dimensões, interligadas e indissociáveis: a geométrica (mensurável e “cartografável”) e a existencial (cultural, econômica e política).

BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BACHELARD, Gaston. **Lê matérialisme rationel**. Paris: PUF, 1953

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do / no mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. Org. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Morte e Vida da Região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional**. Trabalho apresentado no 4o Seminário do Pensamento Geográfico, na mesa redonda “Paradigmas de Geografia”, realizado na UNESP – Presidente Prudente, 2001

KEINERT, Maurício. **Kant – o apóstolo da razão pura e da crítica sistemática**. In: Revista “Mente, Cérebro & Filosofia”. Volume 3. São Paulo: Editora Duetto, 2007

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A (re)significação da paisagem do período contemporâneo**. In. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001

PIMENTA, Pedro Paulo Garrido. **A Construção da Noção de Sujeito no Iluminismo – Kant e Hegel**. In: Revista “Mente, Cérebro & Filosofia”. Volume 3. São Paulo: Editora Duetto, 2007

PIZZA JUNIOR, Wilson. **Tempo nas organizações**. In: Revista de Administração Pública. vol.1, nº1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. In: A global sense of place. Space, place and gender. Oxford: Polity, 1994

SANTOS, Milton. **Técnica - Espaço - Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ & SOUZA, Maria Adélia A. **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada – Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 1997



RIO



PREFEITURA

EDUCAÇÃO